



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

1. AOS ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V. Sas e do mercado das Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017 foi um período de recessão econômica no Estado do Rio de Janeiro, com o término dos investimentos para atender aos grandes eventos sediados pela cidade. Neste contexto, o MetrôRio buscou diversas alternativas para minimizar os impactos em seu resultado, através de ações de redução de custo e a realização de iniciativas inovadoras e parcerias para captação e retenção de clientes, estando sempre atento às oportunidades de negócios em seu mercado.

Neste novo ambiente, a Companhia passou a aceitar pagamento com cartões de débito e crédito nas máquinas de autoatendimento, disponibilizou os produtos em novos pontos de venda, realizou integrações e promoções tarifárias, além de diversas parcerias com diferentes modais, buscando oferecer maior conveniência para os clientes, conforto e segurança em suas viagens, desde sua origem até seu destino.

A Invepar, controladora do MetrôRio, implementou novo modelo de gestão, tendo como objetivo consolidar sua matriz como um controlador estratégico. Novas estratégias foram definidas para implementar e promover a cultura de gestão, visando maximizar o valor da Companhia, conquistar ganhos de escala, redução de custos, além de compartilhar e unificar práticas, processos e políticas. Com os processos padronizados e integrados, mais eficazes e transparentes, o grupo se prepara para um novo momento.

Neste contexto de transformação do grupo, o MetrôRio também implementou um programa de eficiência operacional, através do qual diversos processos foram revisados e estruturas redimensionadas, de forma a gerar reduções de custos, sem que houvesse impacto na qualidade do serviço ou à segurança dos clientes.

Cabe ressaltar que, no 3º trimestre de 2016, o MetrôRio apresentou incremento em sua base de custos e despesas, em função da obrigação contratual de operação e manutenção da Linha 4¹. O ano de 2017 foi o primeiro ano completo de operação da nova Linha, o que resultou em um novo patamar na base de custos total do MetrôRio. Mesmo com as três Linhas (1, 2 e 4) em operação, em função de todo o seu esforço realizado ao longo de 2017, o MetrôRio conseguiu reduzir em 5,7% os custos e despesas operacionais em relação ao mesmo período do ano anterior.

Anualmente, a Companhia contrata pesquisas de satisfação (pesquisa de IQS - Índice de Qualidade de Serviços) para medir a qualidade dos serviços prestados, atingindo em setembro de 2017, 8,2 pontos, melhor índice desde 2009. A Companhia, ainda realizou a renovação da Certificação ISO 9001:2008, que certifica os Sistemas de Gestão de Qualidade. Estes resultados demonstram que o MetrôRio está no caminho certo.

3. O METRÔRIO

O MetrôRio é o concessionário e tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 (laranja) e 2 (verde) com um total de 36 estações do sistema metroviário do Rio de Janeiro e 42 quilômetros de extensão, além de ser o operador da Linha 4 (amarela), embora não sendo o concessionário, com 12,7 quilômetros de extensão e 5 estações.

Atualmente, para atender à demanda do sistema (Linhas 1, 2 e 4) o MetrôRio conta com: (i) 64 trens sendo, 30 trens desde o início da operação, 19 trens adquiridos em 2012 e 15 trens adquiridos em 2015 pelo MetrôBarra² para operação da Linha 4, (ii) 214 escadas rolantes, (iii) 21 esteiras rolantes e (iv) 82 elevadores.

Estações da Linha 1, Linha 2 e Linha 4:



Sobre a Invepar

A Invepar administra as seguintes concessões rodoviárias: Linha Amarela S.A. ("LAMSA"), Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"), Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA"), Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio"), a Concessionária BR 040 S.A. ("Via 040"). No segmento de aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport") e tem como sócios a Airports Company South Africa ("ACSA") e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero. GRU Airport se mantém como o maior aeroporto da América do Sul em volume de passageiros, movimentou mais de 37,8 milhões de passageiros em 2017. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio") e a Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), ambas na cidade do Rio de Janeiro.

4. GESTÃO ESTRATÉGICA

Planejamento Estratégico

O MetrôRio, alinhado ao grupo Invepar, revisou o planejamento estratégico para preparar a empresa aos futuros desafios. Manteve o objetivo de maximizar a rentabilidade por meio do crescimento sustentável e de uma gestão eficiente em: investimentos e custos, consolidando assim uma forte cultura com foco em liderança inspiradora, excelência operacional, satisfação do cliente e criação de valor.

Aliado a isso, foca em estratégias de inovação e parcerias, com o objetivo de captar e reter clientes, além de aumentar a geração de receitas não tarifárias. A Companhia opera com base nas melhores práticas de governança corporativa, sempre prezando por princípios básicos: Pessoas e Equipes; Honestidade; Responsabilidade Socioambiental; Empreendedorismo; Comprometimento, Respeito e Inovação.

Recursos Humanos

Em 2017, o MetrôRio revisou seus processos e sua estrutura organizacional, alinhado com as melhores práticas de mercado e alinhado com a reestruturação do grupo, finalizando o ano com 2.488 colaboradores.

A Companhia adota políticas de remuneração, benefícios e desenvolvimento organizacional, que demonstra que a valorização e desenvolvimento de seu capital humano são questões prioritárias.

Responsabilidade Social e Corporativa

A área de Responsabilidade Social e Corporativa visa promover conceitos e gerir os indicadores de sustentabilidade, coordenar os investimentos em programas e projetos socioambientais. Tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades vizinhas ao MetrôRio e apoiar a gestão do negócio na atuação local para operação das atividades de transporte urbano. Essas ações estão alinhadas às diretrizes do Instituto Invepar, que privilegia três áreas temáticas para o investimento social privado: Educação/Cultura, Meio Ambiente e Esporte.

No ano de 2017 foram realizados 19 projetos de responsabilidade social, por meio de investimento social privado e projetos incentivados através da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro oriundo do Imposto Sobre Serviço (ISS). Além disso, a companhia contou com diversas ações de relacionamento direto com as comunidades do entorno das Linhas 1, 2 e 4, além de ações que envolveram os colaboradores internos.

Foram investidos R\$1,3 milhões, sendo R\$0,2 milhão em recurso direto e R\$1,2 milhões em recursos incentivados.

Projetos Suportados em 2017

Investimento Social Privado - projetos sociais apoiados com recurso direto através de doações dedutíveis repassadas ao Instituto Invepar. Foram apoiados três projetos diretos: Nos Trilhos da Educação, Jovens Construtores e Fazendo Arte.

Ações de Relacionamento com a Comunidade - ações direcionadas para as comunidades do entorno das Linhas 1, 2 e 4 do MetrôRio são pautadas no relacionamento e diálogo comunitário.

Foram apoiados cinco projetos de relacionamento com a comunidade: Programa Quiosque Solidário; Programa Doe seu Troco; Programa Estação Alegria; Rede Comunitária 2017 e Programa Gratuidade - Liberação Social.

Incentivo Fiscal - projetos de apoio à cultura através de incentivos fiscais como a Lei de Imposto Sobre Serviços (ISS).

O MetrôRio foi a empresa que mais investiu em projetos de cultura na cidade do Rio de Janeiro através do ISS. Foram apoiados nove projetos: Estação Leitura; Circuito Cultural da Cidadania; Centro de Ópera Popular de Acari; Inscrever os Direitos Humanos em 1 e 1000 escolas do Rio de Janeiro; Tecendo Arte; Favela Mundo; Arte Gerando Renda; Gentilezinha e Natureza Viva nas Comunidades.

Apoio Institucional - parcerias e relacionamentos através do apoio institucional e/ou financeiro a instituições do terceiro setor. Foram apoiadas duas instituições através da cessão de uso do espaço: Fundação Laço Rosa e Instituto Arcádia.

Programa de Sustentabilidade na Cadeia de Fornecedores - o programa sensibilizou, engajou e capacitou fornecedores do MetrôRio de forma gratuita e voluntária no tema da Sustentabilidade.

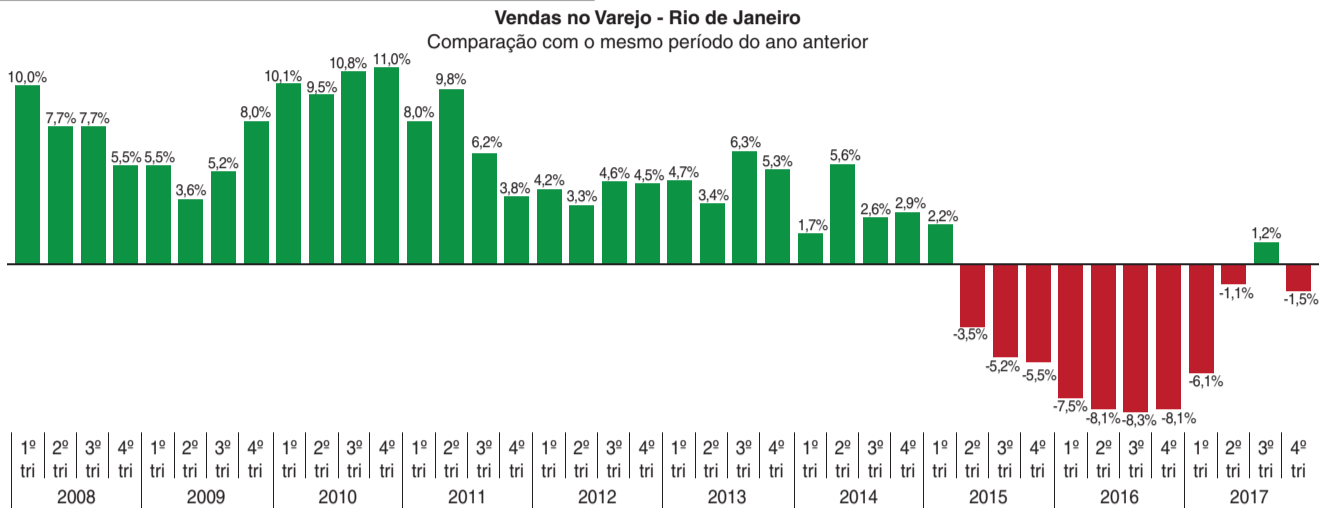
No primeiro ciclo, contou com a parceria do Instituto Ethos para a realização de capacitações focadas nos Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis. Com características de auto avaliação e planejamento, os indicadores tiveram como intuito avaliar o quanto a sustentabilidade está incorporada aos negócios das empresas, de forma a auxiliar a definição de estratégias, políticas e processos de melhoria contínua.

Após o primeiro ciclo, dezenove fornecedores aderiram ao Programa e incluíram em sua gestão a análise, o planejamento da sustentabilidade através dos Indicadores Ethos.

Reconhecimentos, Certificações e Prêmios IQS - Índice de Qualidade de Serviços

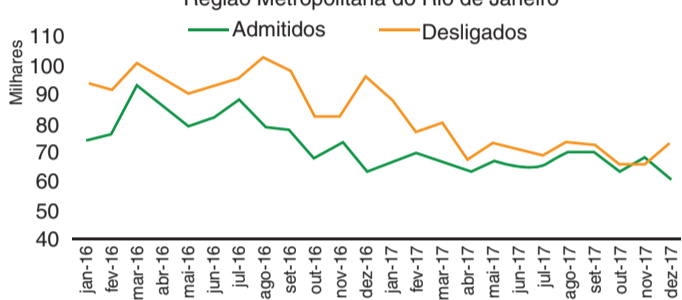
A pesquisa de aferição do IQS, contratada para medir a qualidade dos serviços prestados, foi realizada em setembro de 2017 em todas as 41 estações do sistema (Linhas 1, 2 e 4). O MetrôRio obteve nota média de satisfação dos clientes de 8,2, o melhor resultado desde 2009. Em relação a 2016, houve aumento de 0,1 na nota final.

Questionados por qual motivo utilizar o metrô, os passageiros justificam como o meio de transporte mais rápido. A comunicação visual (sinalização no interior das estações), conservação das estações e funcionamento do ar condicionado, foram alguns atributos que tiveram crescimento na avaliação dos clientes.



Fonte: Pesquisa mensal do Comércio - IBGE.

Quantidade de trabalhadores admitidos e desligados Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: CAGED - Ministério do Trabalho e Emprego. Dados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Para reverter a queda de demanda diante deste cenário adverso, o MetrôRio, dedicou-se a inovação e ao estabelecimento de parcerias estratégicas. Buscando também melhorar a experiência dos clientes, oferecer soluções desde a origem até o destino, incrementar a receita, desenvolver novos produtos, serviços e parcerias alinhados com as tendências de mercado. A seguir algumas ações desenvolvidas em 2017:

Ações Promocionais

1. Quem Prova Aprova - Linha 4

Com intuito de oferecer experimentação para os clientes que embarcassem numa das cinco estações da Linha 4, o MetrôRio lançou a promoção "Quem Prova Aprova". Nesse período os clientes tiveram a oportunidade de conhecer a integração da Linha 1 e 4 sem a necessidade de baldeação na estação General Osório. O fim da transferência reduziu o tempo médio do deslocamento em 10 minutos. A promoção foi dividida em duas fases:

- 1ª Fase (8 a 16 de abril de 2017) - Gratuitade para todos os clientes nas estações da Linha 4. A ação resultou no acréscimo de 32,8%, ou seja, 45 mil passageiros por dia útil, em relação à primeira semana de abril de 2017.
- 2ª Fase (17 a 30 de abril de 2017) - Desconto tarifário, onde o valor unitário da passagem foi de R\$3,00 para os clientes que utilizaram o cartão pré-pago para embarcar nas estações da Linha 4.

A ação de experimentação gerou retenção importante de passageiros, antecipando o crescimento esperado para a nova Linha. Essa iniciativa registrou acréscimo de 20% de passageiros pagantes (1,6 milhão), frente à expectativa para o período.

2. Cartão "Eu amo férias"

Com edição limitada e desenvolvida para atrair turistas e cariocas que estivessem de férias, no final de junho de 2017, foi lançado o cartão "Eu amo férias". O cartão permitia 6 viagens por dia, durante 7 dias seguidos, ao preço de R\$60, uma economia de 70% em comparação a tarifa normal. O cliente recebia o produto acompanhado de porta cartão e mapa de acesso a pontos turísticos via transporte público. Outra novidade foi a venda do produto através de débito e crédito via promotores em algumas estações e na rede hoteleira Accor.

3. Integração com Vans

A integração tarifária do metrô com as vans da Rocinha e Vidigal, que pode ser realizada nas estações São Conrado e Jardim de Alah, aumentou o raio de captação do metrô, gerando conveniência aos clientes com uma solução da estação até seu destino ou vice-versa.

Parcerias

1. Parceria Autoparker

Buscando oferecer maior conveniência para os clientes, foi realizada parceria com estacionamento Autoparker, localizado próximo a estação Jardim Oceânico, que passou a vender passagens do metrô.

2. "Vá de metrô e continue de 99"

A parceria com a empresa 99, aplicativo de transporte individual, visou facilitar o deslocamento dos clientes de qualquer estação do metrô até seu destino. A promoção "Vá de Metrô e Continue de 99", realizada a partir de agosto de 2017, oferecia desconto de tarifa em viagem de metrô e corridas pelo aplicativo 99. O cliente que adquiriu o cartão por R\$20, teve direito a 5 viagens no metrô e mais 5 descontos promocionais no valor de R\$4 para viagens solicitadas através do APP 99, tendo como origem uma estação do metrô.

3. Rock in Rio

O festival de música Rock in Rio ocorreu durante 7 dias (15, 16, 17, 21, 22, 23 e 24) de setembro 2017 e o metrô foi o transporte público oficial do evento, transportando cerca de 406 mil clientes durante o festival. A parceria MetrôRio e Rock in Rio foi feita da seguinte maneira:

- **Distribuição de Ingressos:** Construção de espaço na estação Carioca para distribuição de ingressos do Rock in Rio em parceria com a Ingresso.com, único ponto de distribuição física do ingresso.
- **Operação Rock in Rio:** Operação 24 horas durante os dias do evento. As principais estações demandadas foram: Siqueira Campos, Botafogo, Cardeal Arcoverde, Antero de Quental, Cantagalo, General Osório, Cinelândia e Largo do Machado.

4. Parceria Movida

O MetrôRio firmou parceria com a empresa Movida, onde o cliente que recarregasse seu cartão pré-pago com no mínimo R\$100, teria direito a 1 cupom de desconto, equivalente a gratuidade de 1 diária no aluguel de carro para ser usado nos fins de semana, desde que alugasse no mínimo 2 diárias consecutivas.

Inovação

Venda via cartão débito e crédito

O MetrôRio passou a aceitar cartão de débito e crédito na compra de bilhetes nas máquinas de autoatendimento, facilitando a aquisição de bilhetes. Em dezembro de 2017, a venda por esse canal representava 24% do volume total de vendas nas máquinas de autoatendimento do sistema.

6. Perspectivas

Numa visão de futuro, além da continuidade das iniciativas já destacadas, a companhia acredita que os investimentos em inovação, novas tecnologias e parcerias em novos negócios, são estratégias de alto potencial de retorno, através da captura de novos clientes e novas possibilidades de exploração das receitas não tarifárias. Aliado a isso, a companhia está engajada no processo de reestruturação do Grupo Invepar e seguirá com o objetivo de garantir eficiência em seus processos operacionais.

7. Desempenho operacional

Contexto setorial

O ano de 2017 foi o primeiro ano completo de funcionamento dos novos investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana realizados para atender os Jogos Olímpicos de 2016. Passado o entusiasmo e a novidade, este ano serviu como teste do legado deixado. A rede de alta capacidade, uma combinação entre corredores exclusivos de ônibus articulados (BRT), Veículos Leves sobre Trilhos (VLT Carioca), barcas, trens e metrô foram utilizados pela população metropolitana do Rio de Janeiro e já se percebe impacto no seu dia a dia, com a redução de tempo de viagem e mais opções de deslocamentos.

Após a euforia vivida na cidade do Rio de Janeiro em função dos grandes eventos, 2017 sofreu grande impacto da recessão econômica já instalada no Brasil que ainda não tinha chegado na região metropolitana do Rio de Janeiro. A recessão e a crise fiscal fluminense colaboraram para a redução de

O MetrôRio segue mantendo seu desafio estratégico de ser referência em mobilidade urbana nas Américas, admirada e respeitada pelos seus clientes, colaboradores, sociedade e acionistas, com geração de valor e busca permanente pela sustentabilidade.

Certificação ISO 9001:2008 - Certificação de Sistema de Gestão

A ISO 9001:2008 é a norma que certifica os Sistemas de Gestão da Qualidade e define os requisitos para a implantação do sistema. A norma objetiva trazer confiança ao cliente de que os produtos e serviços da empresa que foi certificada foram criados de modo consistente, com qualidade e de acordo com aquilo que foi definido pela própria empresa. O MetrôRio, renovou sua certificação e nenhuma não-conformidade foi identificada durante a auditoria.

Segurança

Por ser um dos principais pilares da empresa, o MetrôRio conta com mais de 900 funcionários capacitados para trabalhar em prol da segurança de seus clientes e é monitorado por mais de 1.800 câmeras.

5. DESTAQUES DO ANO 2017

O MetrôRio está sendo impactado pela retração econômica enfrentada na região metropolitana do Rio de Janeiro, pois, aproximadamente, 73% de seus clientes⁵ utilizam o sistema para deslocamento até o trabalho. Este movimento pode ser percebido nos indicadores de comércio e emprego, conforme a seguir:

peessos utilizando o transporte público e o movimento de carros. O reflexo da crise foi percebido com menos emprego, menos renda, menos movimento no turismo.

Números MetrôRio

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte do Auditor Independente.

Demanda

MM	2017	2016	Δ
MetrôRio - Pax Transportados - L1, L2 e L4	244,7	250,4	-2,3%
MetrôRio - Pax Pagantes - L1 e L2	180,3	216,8	-16,8%

Em 2017, as Linhas 1, 2 e 4 transportaram 244,7 milhões de passageiros, 2,3% menor em relação a 2016. Os principais fatores que levaram a redução da demanda foram:

- Forte impacto econômico negativo que ocorreu em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro, com redução de postos de trabalho, retração do comércio e aumento da violência;
- Maior capacidade viária da cidade, após a finalização das alterações realizadas em 2016, como a construção do BRT TransBrasil e VLT, melhorando o trânsito da cidade, reduzindo o tempo de viagem de ônibus e carros particulares;

Oferta

Mil	2017	2016	Δ
Carro x Km¹ Operacional	46.221,9	42.663,8	8,3%
Custos Operacionais / Carro x Km (R\$/Carro x Km)	8,6	9,3	-8,2%

¹ carro x km: quantidade de partidas, de uma estação inicial, multiplicado pela distância até o final da linha x o número de carros da composição, em uma única direção.

O aumento do Carro x Km em 2017 se deve à operação da Linha 4, que teve início no 3º trimestre de 2016. Ou seja, 2017 foi o primeiro ano completo da operação da nova Linha.

Este indicador é um importante direcionador de custos operacionais, principalmente, manutenção, em função da quilometragem de cada trem e energia elétrica, devido ao consumo diretamente proporcional à quantidade de deslocamentos.

Cabe ressaltar que, como parte da estratégia de melhorar a eficiência na gestão de custos operacionais, a companhia adotou algumas medidas buscando a redução do carro x Km ao longo do ano, dentre elas: revisão do intervalo de trens no vale e otimização do mix da frota, priorizando a utilização de trens mais novos.

8. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O MetrôRio apresenta suas Demonstrações Contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis às operações da companhia.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao exercício de 2016 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

Receita

R\$ MM	2017	2016	Δ
Receita Bruta	839,4	985,3	-14,8%
Receitas Tarifárias	758,4	864,3	-12,3%
Receitas Não Tarifárias	42,6	41,2	3,4%
Receita de Serviço¹	-	5,8	n.m.
Receita de Construção (IFRS)	38,4	74,0	-48,1%
Receita Bruta Ajustada²	801,0	911,3	-12,1%
Deduções da Receita Bruta	(23,1)	(26,2)	-11,6%
Receita Líquida Ajustada²	777,9	885,1	-12,1%

¹ Receita apurada pela prestação do Serviço de Operação e Manutenção da Linha 4. Em 2017, não houve registro.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção. Em fevereiro de 2017, a AGETRANSP, com base no contrato de concessão, autorizou o aumento da tarifa de 4,9%, passando de R\$ 4,10 para R\$ 4,30 com vigência a partir do dia 02 de abril de 2017.

A Receita Líquida Ajustada foi de R\$ 777,9 milhões em 2017, uma redução de R\$ 107,2 milhões, ou -12,1% em relação a 2016, principalmente devido a:

- **Receitas tarifárias:** Representando 94,7% da Receita Bruta Ajustada, a redução foi de R\$ 105,9 milhões, ou -12,3% em relação a 2016, decorrente da redução no número de passageiros pagantes devido à retração na economia local.
- **Receitas não tarifárias:** Representando 5,3% da Receita Bruta Ajustada, em 2017, a Receita Não Tarifária aumentou em R\$ 1,4 milhão ou 3,4% maior que o ano anterior. Importante mencionar que o crescimento das receitas não tarifárias se deu em um cenário de total retração do comércio no Rio de Janeiro, demonstrando o potencial de negócios acessórios da companhia.

Custos e Despesas

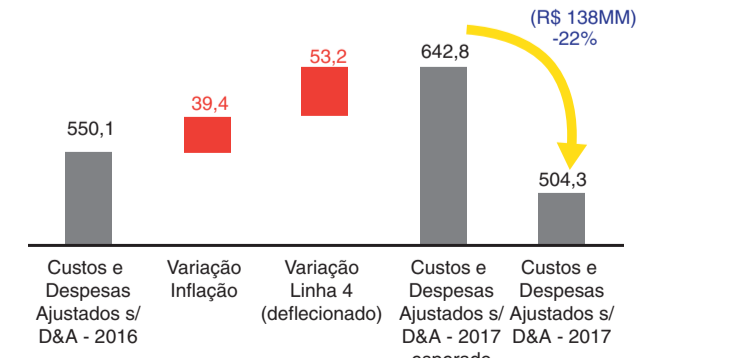
R\$ MM	2017	2016	Δ
Custos & Despesas Operacionais	(675,9)	(749,7)	-9,9%
Pessoal	(257,2)	(244,4)	5,2%
Conservação & Manutenção Operacionais	(74,7)	(75,9)	-1,5%
Despesas Administrativas	(126,8)	(158,0)	-19,7%
Custo de Construção (IFRS)	(45,5)	(71,8)	-36,6%
Custo de Construção (IFRS)	(38,4)	(74,0)	-48,1%
Depreciação & Amortização	(133,3)	(125,6)	6,1%
Custos & Despesas Operacionais Ajustada¹	(637,5)	(675,7)	-5,7%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção.

² Considera custos para operação das Linhas 1, 2 e 4.

R\$ MM	2017	2016	Δ
Custos & Despesas - Linha 4 ³	(85,1)	(26,2)	224,5%

³ Custos e despesas incorridos pelo MetrôRio para operar e manter a Linha 4. Valores contidos na tabela anterior.



Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados apresentaram uma redução de R\$ 38,2 milhões, ou -5,7% em 2017 comparado a 2016. Este foi o resultado do trabalho realizado na busca da eficiência operacional, melhor utilização da frota, economia de energia e otimização da estrutura de pessoal, que será percebida nos próximos anos, visto que em 2017 ocorreram os custos de desligamento. Estes efeitos mais que compensaram o crescimento dos custos relativos à operação e manutenção da Linha 4, motivado pelo fato de 2017 ter sido o primeiro ano completo de operação.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

A redução de -19,7% ano de 2017 na linha de Despesa Operacional, reflete, especialmente, a locação dos trens da MetrôBarra para o MetrôRio durante o período pré-olímpico.⁷ Em Despesa Administrativa, a variação de -36,9% está relacionada ao ajuste contábil (crédito em resultado) no saldo devedor de obrigação da Outorga - Anexo V do 6º Termo Aditivo e ao novo modelo de gestão do Grupo Invepar, promovendo revisão nos processos de contratação de consultorias e assessorias jurídicas, campanhas e prestações de serviços, otimizando contratos. Ainda no foco de redução de custos, destaca-se a implementação da reestruturação do Grupo Invepar, com o objetivo de otimizar processos e estruturas, buscando maior eficiência e sinergia entre os negócios sem que haja prejuízo na qualidade da prestação de serviço e riscos à segurança do usuário.

EBTIDA Ajustado & Margem EBITDA

R\$ MM	2017	2016	Δ
EBIT	140,4	209,4	-33,0%
(+) Depreciação & Amortização	133,2	125,6	6,0%
EBITDA¹	273,7	335,0	-18,3%
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	(38,4)	(74,0)	48,1%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	38,4	74,0	-48,1%
EBITDA Ajustado²	273,7	335,0	-18,3%
Receita Líquida Ajustada	777,9	885,1	-12,1%
Margem EBITDA Ajustada	35,2%	37,8%	-2,6 p.p.

¹ Instrução CVM Nº527/12;

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 273,6 milhões em 2017, uma redução de -18,3% em relação ao apurado em 2016.

A redução do EBITDA Ajustado ocorreu, principalmente, pela acentuada queda de Receitas, com a degradação do cenário macroeconômico e consequente redução da demanda. A redução dos custos em 5,7% não foi o suficiente para neutralizar a perda de receita. A Margem EBITDA Ajustada atingiu 35,2%, uma variação negativa de 2,6 p.p. em comparação ao período de 2016.

Resultado Financeiro

R\$ MM	2017	2016	Δ
Receitas Financeiras	18,9	74,6	-74,6%
Despesas Financeiras	(158,6)	(233,2)	-32,0%
Resultado Financeiro	(139,7)	(158,6)	-11,9%

Menor rentabilidade de aplicações, diretamente ligada à piora de desempenho da geração de caixa operacional, variações cambiais devido à liquidação de SWAP e quitação de dívida com o Citibank, Lei 4131, além da menor apropriação de juros no período, devido a dívidas liquidadas em 2016, e redução dos custos financeiros de estruturação (taxas e comissões).

Resultado do Exercício

R\$ MM	2017	2016	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	(6,1)	31,7	-119,1%

O prejuízo em 2017 foi de R\$ 6,1 milhões, representando uma queda de R\$ 37,8 milhões em relação a 2016. O principal fator para a queda no resultado foi o menor volume de passageiros, resultando em menor receita

tarifária, amenizado pelos esforços na redução de custos e despesas, além da melhora no resultado financeiro.

Evolução do Resultado do Exercício



Disponibilidades & Endividamento

R\$ MM	2017	2016	Δ
Dívida Bruta	997,2	1.081,8	-7,8%
Curto Prazo	447,3	225,8	98,1%
Longo Prazo	549,9	856,0	-35,8%
Disponibilidades	106,1	102,3	3,8%
Caixa e Equivalentes de caixa	58,2	51,6	12,8%
Aplicações Financeiras	47,9	50,7	-5,4%
Dívida Líquida	891,1	979,5	-9,0%

A Dívida Líquida do MetrôRio encerrou 2017 com um saldo de R\$ 891,1 milhões. Uma redução de R\$ 88,4 milhões, ou o equivalente a -9,0% em relação a 2016. As disponibilidades apresentaram um aumento de R\$ 3,8 milhões ou 3,8% em 2017, se comparado a 2016.

A redução da Dívida Bruta em -7,8% ou R\$ 84,6 milhões em 2017 ocorreu, principalmente, pela maturação das dívidas vigentes, as quais tiveram seus vencimentos realizados no exercício.

Ao final de 2017 foi iniciado processo para cotação de financiamento no montante de R\$ 550 milhões. Apesar do momento econômico desafiador, a companhia recebeu proposta firme de 5 bancos, demonstrando resiliência e atratividade. A emissão tem como objetivo fazer frente às necessidades de caixa de curto prazo e readequar a estrutura de capital da companhia ao cenário desafiador.

Principais Investimentos

R\$ MM	2017	2016	Δ
Adição ao Imobilizado	4,8	22,1	-78,3%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	0,2	2,9	-93,1%
Renovação/extensão do direito de Concessão	3,0	13,5	-77,8%
Investimentos na Concessão	72,7	60,7	19,8%
(-) Capitalização de Result. Financeiro Intangível	-	(0,2)	-100,0%
(-) Transações não Caixa	(12,3)	(11,8)	4,2%
(-) Margem de Construção	-	-	n.m.
Total Investido	68,4	87,2	-21,6%

Os investimentos somam R\$68,4 milhões em 2017. As adições referem-se principalmente, aos seguintes projetos: CAPEX Sustaining (Manutenção de Material Rodante); Adequação e Desenvolvimento Softwares; Estação General Osório (Interligação da Linha 4) e Automatismo para alternância de trens na Zona de Manobra de Pavuna.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação do artigo 2º da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, os Auditores Independentes da Companhia não foram contratados para trabalhos diversos daqueles correlatos ao de auditoria externa. No relacionamento da Companhia com o Auditor Independente, o MetrôRio adota procedimentos como o impedimento de realização de trabalhos de não-auditoria, para evitar a existência de conflitos de interesses ou perda de independência de seus auditores independentes, com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover os interesses da Companhia.

As demonstrações contábeis aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Agradecimentos

Finalizando, o MetrôRio expressa seu agradecimento aos clientes, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os seus colaboradores pela dedicação e resultados alcançados.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO

¹ A concessão da Linha 4 foi licitada em 1998, tendo o Consórcio Rio Barra (CRB) como vencedor. Por meio de contratos denominados "Complementares", o MetrôRio assumiu a responsabilidade de operação e manutenção da nova Linha, sendo remunerado conforme performance de caixa da concessão.

² Empresa do grupo Invepar responsável pela aquisição de trens e sistemas para operação da Linha 4. Não é o concessionário.

³ Considera-se os projetos que tiveram desembolsos financeiros em 2017.

⁴ A empresa está em 1º lugar no investimento cultural da cidade junto com outras 7 empresas. No total, o apoio através de incentivo fiscal foi de R\$ 1.161.027,32.

⁵ Fonte: Pesquisa IBOPE para o MetrôRio (Set/17).

⁶ AGETRANSP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro.

⁷ MetrôRio tem como obrigação a aquisição de trens e sistemas da linha 4. MetrôRio, por sua vez, é responsável por operar e manter a nova linha. Ao longo do último trimestre de 2015 e durante o primeiro semestre de 2016, os 15 trens, necessários para operar a linha 4, já estavam disponíveis para uso, porém, ainda aguardando a entrada em operação da linha 4. Desta forma, em virtude da maior eficiência de manutenção e energia destes novos trens e, com anuência do Poder Concedente, MetrôRio e MetrôBarra assinaram contratos temporários de aluguel dos 15 trens durante o período pré-operacional.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

ATIVO CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
Caixa e equivalentes de caixa	3	58.213	51.618	58.215	51.620	Fornecedores	12	56.298	35.052	56.298	35.052
Aplicações financeiras	4	44.522	42.940	44.522	42.940	Empréstimos e financiamentos	13	151.248	80.307	151.248	80.307
Contas a receber	5	10.817	13.134	10.817	13.134	Dêbitures	13	296.045	145.558	296.045	145.558
Estoques	6	55.974	51.804	55.974	51.804	Tributos a recolher	7.c	3.997	4.580	3.997	4.580
Tributos a recuperar	7.a	4.106	12.133	4.106	12.133	Obrigações com empregados e administradores		36.125	34.364	36.125	34.364
Adiantamentos		9.013	22.322	9.013	22.322	Concessão de serviço público	14	1.851	1.824	1.851	1.824
Despesas antecipadas		11.762	4.556	11.762	4.556	Adiantamentos de clientes		29.995	8.877	29.995	8.877
Partes relacionadas	8	457	10.046	457	10.046	Partes relacionadas	8	9.398	1.632	9.398	1.632
Outros		476	1.105	476	1.105	Instrumentos financeiros derivativos	23.f	20.311	31.764	20.311	31.764
Total do ativo circulante		195.340	209.658	195.342	209.660	Outros		587	2.922	587	2.922
NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		605.855	346.880	605.855	346.880
Aplicações financeiras	4	3.421	7.729	3.421	7.729	NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	5	10.175	7.925	10.175	7.925	Empréstimos e financiamentos	13	442.807	555.230	442.807	555.230
Impostos diferidos ativos	7.b	35.454	37.183	35.454	37.183	Dêbitures	13	107.062	300.724	107.062	300.724
Partes relacionadas	8	10.457	-	10.457	-	Tributos a recolher	7.c	187	187	187	187
Depósitos judiciais	15	51.522	48.412	51.522	48.412	Concessão de serviço público	14	40.235	52.094	40.235	52.094
Investimentos	11	2	2	-	-	Provisão para riscos processuais	15	23.777	21.522	23.777	21.522
Imobilizado	9	37.834	40.802	37.834	40.802	Receita diferida	8	954	1.071	954	1.071
Intangível	10	2.221.848	2.221.848	2.221.848	2.221.848	Outros	8	1.323	331	1.323	331
Total do ativo não circulante		2.370.713	2.418.304	2.370.711	2.418.302	Total do passivo não circulante		616.345	931.159	616.345	931.159
TOTAL DO ATIVO		2.566.053	2.627.962	2.566.053	2.627.962	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	16.a	1.344.160	1.344.160	1.344.160	1.344.160
						Reserva Legal		-	5.763	-	5.763
						Prejuízos acumulados		(307)	-	(307)	-
						Total do patrimônio líquido		1.343.853	1.349.923	1.343.853	1.349.923
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.566.053	2.627.962	2.566.053	2.627.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Receita operacional líquida	17	777.836	885.140	777.836	885.140
Receita de construção	17	38.427	73.991	38.427	73.991
Custo dos serviços prestados	17	(449.816)	(498.334)	(449.816)	(498.334)
Custo de construção	17	(38.427)	(73.991)	(38.427)	(73.991)
LUCRO BRUTO		328.020	386.806	328.020	386.806
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	17	(184.844)	(178.342)	(184.844)	(178.342)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(2.772)	936	(2.772)	936
RESULTADO OPERACIONAL		140.404	209.400	140.404	209.400
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	18	18.938	74.593	18.938	74.593
Despesas financeiras	18	(158.556)	(233.233)	(158.556)	(233.233)
Total		(139.618)	(158.640)	(139.618)	(158.640)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		786	50.760	786	50.760
Imposto de renda e contribuição social Corrente	7.d	(6.856)	(19.055)	(6.856)	(19.055)
Diferido		(5.127)	(18.356)	(5.127)	(18.356)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(6.070)	(6.070)	(6.070)	(6.070)
Prejuízo/lucro básico e diluído por lote de mil ações continuadas (em reais)	19	(0,004)	0,022	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(6.070)	31.705
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(6.070)	31.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora e Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	
Receitas	17	837.515	985.804
Prestação de serviços		800.965	911.316
Receita de construção		38.427	73.991
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		(2.530)	(2.046)
Outras receitas		653	2.543
Insumos adquiridos de terceiros		(281.572)	(348.722)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		(116)	-
Custo de construção	17	(38.427)	(73.991)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(239.647)	(274.731)
Perda/recuperação de valores ativos		43	-
Outros custos		(3.425)	-
Valor adicionado bruto		555.943	637.082
Retenções		(133.278)	(125.606)
Depreciação e amortização		(133.278)	(125.606)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	17	422.665	511.476
Valor adicionado recebido em transferência		18.938	74.593
Receitas financeiras	18	18.938	74.593
Total do valor adicionado a distribuir		441.603	586.069
Distribuição do valor adicionado		441.603	586.069
Pessoal e encargos		227.948	210.84



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Operações da Companhia

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio" ou "Companhia") foi constituída sob a forma de "sociedade por ações" em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metropolitano no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia possui registro como Companhia Aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, mas não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metropolitano de passageiros.

A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metropolitano do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metropolitâneas, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorou a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O Contrato de Concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. O Contrato de Concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Em julho de 2013 foi assinado o contrato de Operação e Manutenção (OeM), firmado entre o MetrôRio, MetrôBarra, Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde o MetrôRio fica incumbido de executar a operação da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da Companhia para este serviço (Nota 17).

Em 1 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos que possuam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016, a Linha 4 entrou em operação para o público em geral. A Linha 4 tem a extensão atualmente de 12,7 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A entrada em operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo consolidado de R\$410.513 (R\$137.220 em 31 de dezembro de 2016), devido, principalmente, pelo registro no passivo circulante da Companhia de empréstimos e debêntures no valor de R\$447.293 (R\$225.865 em 31 de dezembro de 2016).

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido.

1.2. Diligência em Acionistas, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Invepar, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Lava Jato" foi realizada na sede da controladora Invepar e da coligada Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela Invepar ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a Invepar divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da "Operação Greenfield". A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações contábeis foi autorizado pela administração da Companhia em 19 de março de 2018.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa, Aplicação financeira e Instrumentos financeiros derivativos.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$2. O exercício da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.3. Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) – Receitas.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 91 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são

avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.8. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecido na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de reposição estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.9. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme de uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.11. Tributações

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas			
		Receitas operacionais	Receitas acessórias	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	(*)	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	(*)	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	2,00%	-	5,00%	-

(*) Redução a 0 (zero) conforme art. 1º da Lei nº 12.860/2013. A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12) e Instrução 371 da CVM, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.12. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado.

O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá ser reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Companhia mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente somente com 387 participantes. Em 31 de dezembro de 2017 o plano encontra-se superavitário, conforme última avaliação atuarial realizada pela Multipensions Bradesco, administradora do plano.

2.13. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outros provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas civis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.17. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de *hedge*. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge*. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.18. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no transporte público de passageiros a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio e suas operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.19. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.20. Contratos de concessão

A contabilização do contrato de concessão é conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas e em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.21. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não adotou estas normas de forma antecipada.

IFRS 9/CPC 48 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia avaliou os efeitos que a IFRS 9 trará às demonstrações contábeis e nas suas divulgações. A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e são esperados os seguintes impactos na adoção deste novo pronunciamento em 1º de janeiro de 2018:

- Classificação e mensuração – a IFRS 9 estabelece uma nova abordagem para determinar se um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado ou a valor justo, a qual se baseia nas características dos fluxos de caixa dos instrumentos e no modelo de negócio no qual um ativo é mantido. A Companhia não espera impacto relevante como resultado dessa alteração.

- Impairment – a IFRS 9 requer a adoção de um modelo de perdas esperadas para o reconhecimento de impairment do contas a receber mensurado ao custo amortizado, seja por um período de 12 meses ou pela extensão da vida do ativo, em substituição ao modelo de perdas incorridas da IAS 39. Em função da natureza dos recebíveis e das políticas de gerenciamento de risco e de crédito utilizadas, a Companhia não espera que estas mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

- Contabilidade de *hedge* - atualmente as alterações da IFRS 9 relacionadas ao *hedge* de fluxo de caixa ou de valor justo não trarão impacto relevante para a Companhia.

IFRS 15/CPC 47 Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento)

Estabelece um único modelo contendo 5 passos a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15/CPC47, as receitas são reconhecidas ao valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma substitui a IAS 18/CPC 30(R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17(R1) - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A administração avaliou suas receitas tarifárias e não tarifárias e concluiu que as novas orientações do IFRS 15/CPC 47 não trarão impactos no reconhecimento das receitas, uma vez que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho. Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11 – CPC 17);
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

Novas IFRS que ainda não possuem CPC correspondente. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emiteu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b.1) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

b.2) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16/CPC 06 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa do CDI	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos		15.960	6.543	15.962	6.545
Certificados de depósitos bancários – CDB (a)		10.948	33.850	10.948	33.850
Fundo MOVER (b)					
Letras financeiras de tesouro	99,87%	25.334	–	25.334	–
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	99,87%	5.971	–	5.971	–
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (a)		–	11.225	–	11.225
Caixa e equivalentes de caixa		<u>58.213</u>	<u>51.618</u>	<u>58.215</u>	<u>51.620</u>

(a) A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média de 93,16% do CDI (96,4% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

(b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO é realizada pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo a INVEPAR, a Linha Amarela S.A. ("LAMSA") e a Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"). O MetroBarra S.A. ("METROBARRA") participou do fundo até julho de 2016, a Concessionária BR-040 S.A. ("Via 040") e a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("METRÓRIO") participaram do fundo até dezembro de 2016, meses em que houve o resgate do saldo do ativo.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa do CDI	Indexador	Vencimento	Controladora	Consolidado
				31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras vinculadas:					
Fundo cambial exclusivo (a)		DÓLAR		44.522	42.940
Total circulante				44.522	42.940
Aplicações financeiras vinculadas:					
Certificado de depósitos bancários - CDB	98,08%	DI	dez/18	3.421	4.545
Operações compromissadas	98,70%	DI		–	3.184
Total não circulante (b)				3.421	7.729
Aplicações financeiras				47.943	50.669

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.

(b) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$3.421 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 31 de dezembro de 2017, a

Companhia registrou o saldo de Modicidade tarifária, em conta contábil específica, para fins de fiscalização do Estado, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro, no total de R\$14.970.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Venda de passagens (a)	6.984	8.375
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	9.154	9.337
Outros títulos a receber	732	763
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	(6.053)	(5.341)
Créditos a receber circulante – líquido	10.817	13.134
Não circulante		
Recebíveis do GERJ (c)	12.735	12.008
Outros títulos a receber	3.069	–
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (c)	(5.694)	(4.083)
Valores a receber – ET-Pós		
Recebíveis do GERJ (d)	14.939	14.667
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (d)	(14.874)	(14.667)
Créditos a receber não circulante - líquido	10.175	9.925
Total do contas a receber	<u>20.992</u>	<u>21.059</u>

(a) Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Não constituímos provisão para a parcela da receita referente aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, devido o reconhecimento da dívida por parte do Comitê dos Jogos em questão e portanto perspectiva de recebimento;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios);
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo. As gratuidades estudantis vêm sido recebidas parcialmente. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas; e
- (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos processos ET- Pós, conforme exigência 6º termo aditivo da Concessão. O descasamento entre a parcela reconhecida e provisionada existe devido o custeio dos processos, que são incorporados e posteriormente avaliados quanto a sua recuperabilidade e devidamente provisionado, se aplicável.

	Total	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução de valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
31 de dezembro de 2017	32.674	(11.747)	9.564	286	110	279	–	102	101	22.232*
31 de dezembro de 2016	30.483	(9.424)	8.375	3.408	303	395	576	291	324	16.811*

* Demonstrado eliminando o impacto dos montantes de valores a receber referentes aos processos ET-Pós demonstrados na nota 5(d).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2017					
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias > 180 dias
(11.747)	–	–	–	(158)	(102)	(100)
						(11.387)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2016					
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias
(9.424)	(28)	(28)	(26)	(576)	(291)	(324)
						(8.151)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do exercício	(9.424)	(8.989)
Adições	(24.142)	(5.118)
Reversões	6.853	3.058
Baixas	14.966	1.625
Saldo no fim do exercício	<u>(11.747)</u>	<u>(9.424)</u>

As perdas são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 91 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1.00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

A Companhia não recebeu integralmente valores referentes a gratuidade estudantil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

6. ESTOQUES

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	55.974	51.804
Total	<u>55.974</u>	<u>51.804</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	–	2.110
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	740	1.186
PIS e COFINS	2.318	685
IRRF – aplicações financeiras	–	6.082
Outros	1.048	2.070
Total	<u>4.106</u>	<u>12.133</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Natureza		
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	3.993	3.753
Ajuste de redução do valor recuperável	4.588	4.588
Provisão para riscos	8.084	8.223
Amortização provisória outorga suplementar	–	9.489
Provisão para participação nos lucros	4.875	3.883
Provisões não dedutíveis	11.666	9.550
Variação cambial e <i>hedge</i> não realizados	1.745	1.562
Amortização do ágio abr a nov/09	5.262	–
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização de direito de concessão (*)	(5.798)	(6.086)
Custo de captação (*)	(114)	(157)
Outros	2.813	4.038
	<u>35.454</u>	<u>37.183</u>
Impostos diferidos – Ativo	43.026	45.086
Impostos diferidos – Passivo	(7.572)	(7.903)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre a amortização do direito de concessão são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$24 pelo prazo da concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. O custo de captação são realizados conforme o prazo do financiamento.

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados, conforme demonstrado a seguir:

Anos	31/12/2017
2019	4.236
2020	10.999
2021	6.375
2022	925
2023 a 2025	2.775
2026 e 2027	17.716
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>43.026</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(7.572)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>35.454</u>

c) Tributos a recolher

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social	1.175	–
PIS e COFINS	475	439
ISS	1.250	1.404
IRRF e CSRF	323	2.004
Taxa AGETRANSP-RJ	437	335
INSS sobre terceiros	307	398
Outros	30	–
Circulante	3.997	4.580
PIS e COFINS	187	187
Não circulante	187	18



Descrição	Adições				Amortização					
	31/12/2015	Captação	Juros	Atualização monetária	Variação Cambial	Principal	Juros*	Custo de Captação	Transferência	31/12/2016
Passivo circulante										
Empréstimos										
BNDES II	8.840	-	457	79	-	(8.865)	(488)	-	1.468	1.491
BNDES III										
Subcrédito "A"	23.006	-	14.228	321	-	(22.512)	(14.298)	-	22.516	23.261
Subcrédito "B"	718	-	57	11	-	(720)	(59)	-	599	606
Subcrédito "C"	13.247	-	8.115	185	-	(12.967)	(8.154)	-	12.969	13.395
Calyon	3.342	-	62	(5)	(485)	(2.838)	(76)	-	-	-
Caixa Econômica Federal	8.039	-	19.020	-	(1.120)	(7.026)	(16.688)	-	15.110	17.335
Citibank	147.893	-	4.331	-	(10.382)	(133.546)	(6.042)	-	19.185	21.439
FINEP										
Subcrédito "A"	1.568	-	125	21	-	(1.567)	(144)	-	1.571	1.574
Subcrédito "B"	1.662	-	163	24	-	(1.660)	(183)	-	1.662	1.668
Debêntures										
Debênture - LAMSA	12.848	-	15.546	-	-	(12.847)	(15.546)	-	12.847	12.848
Debênture - HSBC	265.333	-	36.136	-	-	(210.000)	(89.569)	-	30.000	31.900
Debênture BB	64.105	200.000	14.977	-	-	(155.000)	(21.871)	-	-	102.211
Custos de captação	(827)	(4.144)	-	-	-	-	-	3.108	-	(1.863)
Subtotal	549.774	195.856	113.217	636	(11.987)	(569.548)	(173.118)	3.108	117.927	225.865
Passivo não circulante										
Empréstimos										
BNDES II	1.467	-	-	1	-	-	-	-	(1.468)	-
BNDES III										
Subcrédito "A"	175.090	-	-	2.359	-	-	-	-	(22.516)	154.933
Subcrédito "B"	595	-	-	4	-	-	-	-	(599)	-
Subcrédito "C"	99.777	-	-	1.343	-	-	-	-	(12.969)	88.151
Caixa Econômica Federal	241.160	-	-	6.658	-	-	-	-	(15.110)	232.708
Citibank	-	140.000	-	-	(15.330)	-	-	-	(19.185)	105.485
FINEP										
Subcrédito "A"	1.678	-	-	6	-	-	-	-	(1.571)	113
Subcrédito "B"	1.775	-	-	7	-	-	-	-	(1.662)	120
Debênture - LAMSA	133.828	-	-	-	-	-	-	-	(12.847)	120.981
Debênture - HSBC	-	210.000	-	-	-	-	-	-	(30.000)	180.000
Custos de captação	-	-	-	-	-	-	-	(257)	-	(257)
Subtotal	655.370	350.000	-	10.378	(15.330)	-	-	(257)	(117.927)	882.234
Total geral	1.205.144	545.856	1.132.175	11.014	(27.317)	(569.548)	(173.118)	2.851	-	1.108.099

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

	Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:	
	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	225.865
2018	472.312	345.357
2019	60.233	62.027
2020 em diante	489.498	474.850
	1.022.043	1.108.099

BNDES
Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto II"), na modalidade de R\$52.166, bem como da respectiva garantia. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento acima referido foi feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidiram juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e mensalmente, no período de amortização do principal.

Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto III"), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$278.395), "B" (R\$3.200) e "C" (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito "A" será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito "B" foi feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito "C" será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto I, BNDES Direto II e BNDES Direto III são as seguintes:

• Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$31.960, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.

• Constituição de conta reserva com saldo no valor de R\$15.489, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.

• Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto I, em 2º grau para o BNDES Direto II e em 3º grau para o BNDES Direto III, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a intervenção de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:

a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e

c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos contratos. A Administração da Companhia entende que esta condição está sendo atendida. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto I quanto para o contrato BNDES Direto II, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo o índice exigido.

Financiamento

Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$36.389, em parcela única, os juros incidiram sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313% a.a., pagos em parcela única. Liquidado em 11 de março de 2016.

Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre a Companhia e o Citibank N.A., no valor US\$37.736 perfazendo o montante de R\$140.000.000 (cento e quarenta milhões de reais). Os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,700% a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março de 2018. A forma de pagamento do principal será a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018. Existem covenants financeiros que estão sendo atendidos pela Companhia.

Financiamento importação

Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP ("Automatic Train Protection"), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado, teve atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos foi feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos foram embarcados. A amortização do principal foi realizada em dólar e em 14 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação do principal realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulados até essa data. Liquidado em 31 de outubro de 2016.

Financiadora de Estudos e Projetos

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos "A" (R\$10.452) e "B" (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011.

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos "A" e "B" incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente, mais TJLP.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRO-TRANSFERTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos "A" (R\$240.000) e "B" (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito "A"). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito "B" não serão creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;

b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e

c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES "II" e "III", FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos, no montante de R\$180.

Debêntures

Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirográfrica, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pela BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias ("Remuneração"). A remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecedendo das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplimento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

Em 12 de março de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures foi de 24 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 13 de março de 2016.

Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo BB - Banco de Investimento S.A.. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 5.500 (cinco mil e quinhentas) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$55.000. O prazo de vencimento das Debêntures foi de 18 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 19 de maio de 2016.

Em 3 de março de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 11 de março de 2016, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de março de 2018.

Em 16 de maio de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 9ª Emissão de Notas Promissórias, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme. As Notas Promissórias foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de maio de 2016, e composta por 200 (duzentas) Notas Promissórias, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$500.000 (quinhentos mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures foi de 180 dias (cento e oitenta dias) contados da Data de Emissão, liquidado em 21 de Novembro de 2016.

Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme. As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de Novembro de 2016, e composta por 10.000 (dez mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses (dezoito meses) contados da Data de Emissão, liquidado em 16 de maio de 2018.

Aplicação Financeira Vinculada

A Companhia mantém aplicações em fundo de investimento para garantia de empréstimos no montante de R\$ 24.881 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 26.280 em 31 de dezembro de 2016). Dos quais R\$9.079, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES e R\$15.802, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à própria Caixa Econômica Federal, referentes a três prestações mensais.

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Annual
	BNDES	EBITDA/RF*	≥ 2	Annual
	HSBC/CITIBANK	DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA	≤ 3,50	Trimestral

*Resultado Financeiro

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Controladora e Consolidado

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	974	960
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2018) (b)	877	864
	1.851	1.824

Não circulante

Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	40.235	52.094
Total	42.086	53.918

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

• R\$974 (R\$960 em 31 de dezembro de 2016) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

• R\$40.235 (R\$52.094 em 31 de dezembro de 2016) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, somava em 31 de dezembro de 2017, R\$40.235 (R\$52.094 em 31 de dezembro de 2016). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

b) Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominada Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2016, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados em R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

Durante o exercício de 2017 houve investimento no montante de R\$ 75.605 (R\$74.172 em 31 de dezembro de 2016). Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$877 (R\$864 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

Movimentação concessão:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2016	Atualização resultado	Reversão
Outorga (a)	1.824	27	-



a) Riscos cíveis
A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.
Em 31 de dezembro de 2017, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$41.519 (R\$41.349 em 31 de dezembro de 2016).
b) Riscos trabalhistas
A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.
Em 31 de dezembro de 2017, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$66.854 (R\$11.417 em 31 de dezembro de 2016).
c) Riscos tributários
• Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.
Optamos por contingenciar tais valores, até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado. A contingência tributária provisionada no valor de R\$1.301 é corrigida mensalmente pelo IGPM.
Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação
a) Depósitos recursais
Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$26.446 em depósitos recursais (R\$25.532 em 31 de dezembro de 2016).
b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação
Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.
As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.
Desta forma, a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.
O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 31 de dezembro de 2017 é de R\$42.412 (R\$30.183 em 31 de dezembro de 2016), sendo de natureza trabalhista e cível.
Em 31 de dezembro de 2017, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$ 21.975 (R\$20.513 em 31 de dezembro de 2016).
c) Bloqueios judiciais
Em 31 de dezembro de 2017, o montante referente a bloqueios judiciais em conta corrente é de R\$3.101 (R\$2.367 em 31 de dezembro de 2016).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela INVEPAR.
b) Reserva legal
A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações.
Em 31 de dezembro de 2017 o valor da reserva foi consumido pelo prejuízo do exercício, anteriormente constituído no montante de R\$5.763 (em 31 de dezembro de 2016).
c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)
O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.
O JSCP antecipado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 superou o montante de dividendos mínimos obrigatórios, dispensando a Companhia da obrigatoriedade de destinação do mesmo. A administração optou por destinar o restante do resultado para dividendos adicionais propostos no montante de R\$33.486, liquidados em 30 de junho de 2016.
Em 05 de outubro de 2016 a Companhia realizou o pagamento referente a antecipação de dividendos do exercício de 2016 no montante de R\$30.116 com base no resultado de 31 de agosto de 2016.
Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 6.070 (Lucro líquido de R\$31.705 em 31 de dezembro de 2016).

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
Receitas

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Receita com passagens	758.360	864.300
Receitas acessórias*	42.605	47.016
Receita da construção	38.427	73.991
Impostos e contribuições sobre a receita	(23.129)	(26.176)
Receita de serviços líquidas	816.263	959.131

* No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não ocorreu receita de O&M (em 31 de dezembro de 2016 - R\$5.789).

Custos e Despesas por natureza

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e encargos	(257.203)	(244.391)
Conservação e manutenção	(74.743)	(75.874)
Comunicação, marketing e publicidade	(7.351)	(11.073)
Seguros e garantias	(6.459)	(6.277)
Serviços de terceiros	(11.869)	(16.334)
Veículos	(925)	(700)
Consultoria e assessoria	(10.018)	(15.750)
Aluguéis*	(2.027)	(29.275)
Energia elétrica	(83.484)	(86.579)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa / Provisão para riscos	13.992	(7.733)
Parte relacionada	(22.184)	(15.929)
Depreciação e amortização	(133.278)	(125.606)
Custo de construção	(38.427)	(73.991)
Outros	(41.883)	(40.219)
	(675.859)	(749.731)
Custo de serviços prestados	(449.816)	(498.334)
Custo de construção	(38.427)	(73.991)
Despesas gerais e administrativas	(184.844)	(178.342)
Outras receitas operacionais líquidas	(2.772)	936
	(675.859)	(749.731)

* No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio incorreu em custo de locação, o aluguel de trens junto ao METROBARRA, vide nota 8, no montante de R\$27.489.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	24	15
Juros sobre aplicações financeiras	11.889	24.669
Juros ativos	2.781	1.241
Variação monetária ativa	731	3.760
Variações cambiais ativas	3.513	44.908
Total receitas financeiras	18.938	74.593
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(53.613)
Comissões e despesas bancárias	(1.262)	(2.047)
Juros passivos	(48.750)	(16.196)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.024)	(48.920)
Variação monetária passiva	(16.071)	(16.898)
Juros sobre debêntures	(48.398)	(51.113)
Variações cambiais passivas	(11.943)	(17.513)
Juros com partes relacionadas	-	(15.533)
Outros	(22.108)	(11.400)
Total despesas financeiras	(158.556)	(233.233)
Resultado financeiro líquido Total	(139.618)	(158.640)

19. RESULTADO POR AÇÃO
A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.
O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.
Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(6.070)	31.705
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.446.899	1.446.899
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ações	(0,004)	0,022

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.
A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2017, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS
A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2017, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização		Vigência		Seguradora
			Início	Fim	
Risco operacional	250.000		01/08/2017	01/08/2018	Bradesco
Responsabilidade civil geral	75.000		01/08/2017	01/08/2018	Tokio Marine
Transporte nacional**	4.000		28/02/2017	28/02/2018	RSA
Transporte internacional**	3.000*		28/02/2017	28/02/2018	RSA
Automóvel frota	Tabela Fipe		31/12/2017	31/12/2018	SURA
D&O***	100.000		20/03/2017	20/03/2018	XL

(*) Em milhares de Dólares - (Em reais R\$9.924).
(**) A apólice de seguro transporte nacional e internacional venceu em 28 de fevereiro de 2017 e foi renovada até 28 de fevereiro de 2018.
(***) A apólice de seguro Resp. Civil Administradores D&O venceu em 20 de março de 2017 e foi renovada até 20 de março de 2018.
O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS
A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$29.285 (R\$26.392 em 31 de dezembro de 2016), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamentos junto ao BNDES e CEF; (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos.

22. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES
Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy International Generation Parampanama S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:
(i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações Gentile Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e
(ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, possui contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, MetroBarra, CRB e o poder concedente (interviente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
a) Análise dos instrumentos financeiros
A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.
A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômica financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Esses valores estão representados substancialmente por instrumentos de alto risco equivalente, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	58.215	-	51.620	-
Aplicação financeira	47.943	-	50.669	-
Créditos a receber	-	20.992	-	21.059
Parte relacionada	-	10.914	-	10.073
Total do ativo	106.158	31.906	102.289	31.132
Passivos				
Fornecedores	-	56.298	-	35.052
Parte relacionada	-	9.398	-	1.632
Empréstimos e financiamentos	-	594.055	-	635.537
Debêntures	-	403.107	-	446.282
Obrigações com poder concedente	-	42.086	-	53.918
Instrumentos financeiros derivativos	-	20.311	-	31.764
Total do passivo	-	1.125.255	-	1.204.185

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo
Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:
• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras
Os saldos em conta corrente os montantes em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações de longo prazo as informações contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
• Exposição a riscos de taxas de juros
Decear da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, SELIC, IPCA e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).
d) Concentração de risco de crédito
Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.
e) Risco de taxa de câmbio
Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 14, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 13, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de instrumentos financeiros derivativos
A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía as seguintes operações com característica instrumentos financeiros derivativos:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2017
Swap	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	120.000	111.622	131.933	20.641	Curva diferencial a receber/ (pagar) 20.311
							Passivo circulante	20.311
							Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2016
							(33.062)	Curva diferencial a receber/ (pagar) (31.764)
							Passivo circulante	(31.764)

Liquidados:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2017
Swap	USD/CDI	Citibank	13/03/2017	20.000	21.803	41.141	21.803	Valor justo diferencial a receber/ (pagar) 19.339
							Passivo circulante	19.339
							Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2016
							29.883	Valor justo diferencial a receber/ (pagar) 25.401
							Passivo circulante	25.401

Em aberto:

		31/12/2016				Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
Instrumento	Instituição	Contra-tação	Liquidação	Valor Base			
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	18/01/2016	26/02/2016	EUR 229	4,45	(23)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2016	25/04/2016	EUR 70	4,28	(18)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2016	25/05/2016	EUR 381	4,33	(141)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	18/01/2016	15/06/2016	EUR 67	4,62	(48)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2016	27/06/2016	EUR 740	4,37	(457)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	19/02/2016	30/06/2016	EUR 198	4,70	(216)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2016	25/07/2016	EUR 11	4,05	(9)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	19/02/2016	29/07/2016	EUR 1360	4,05	(1.510)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2016	25/01/2016	EUR 21	4,46	6	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2016	25/02/2016	EUR 10	4,40	2	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	08/03/2016	EUR 62	4,14	(20)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2016	28/03/2016	EUR 17	4,12	(2)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	15/04/2016	EUR 67	4,52	(38)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	30/09/2016	30/06/2016	EUR 261	4,85	(324)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	15/08/2016	EUR 67	4,71	(79)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	17/10/2016	EUR 603	4,81	(184)	
Total:							(3.061)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía operações para proteção cambial em aberto.
Liquidados:

		31/12/2016				Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
Instrumento	Instituição	Contra-tação	Liquidação	Valor Base			
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	25/01/2016	EUR 21	4,46	6	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	18/01/2016	26/02/2016	EUR 229	4,45	(23)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	25/02/2016	EUR 10	4,40	2	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	08/03/2016	EUR 62	4,14	(20)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	28/03/2016	EUR 17	4,12	(2)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	15/04/2016	EUR 67	4,52	(38)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	25/04/2016	EUR 70	4,28	(18)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	25/05/2016	EUR 381	4,33	(141)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	18/01/2016	15/06/2016	EUR 67	4,62	(48)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	27/06/2016	EUR 740	4,37	(457)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	30/09/2016	30/06/2016	EUR 261	4,85	(324)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	19/02/2016	30/06/2016	EUR 198	4,70	(216)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	25/07/2016	EUR 11	4,05	(9)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	15/08/2016	EUR 67	4,71	(79)	
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	19/02/2					



Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Risco	Consolidado			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Caixa e equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	10.948	1.071	803	535
Letras financeiras do tesouro	DI	25.334	2.478	1.858	1.239
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	SELIC	5.971	585	439	293
Aplicações financeiras					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	31.305	3.062	2.296	1.531
Operações compromissadas	DI	44.522	4.354	3.266	2.177
Fundo cambial exclusivo					
Títulos públicos federais - NTN	SELIC	75.827	7.431	5.573	3.716
Aplicações financeiras não circulante					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	14.368	1.405	1.054	703
Total ativos financeiros		208.275	20.386	15.289	10.194
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	TJLP	246.519	17.552	13.164	8.776
FINEP	TJLP	268	19	14	10
Debênture BB	DI	101.142	9.892	12.365	14.838
Financiamento CEF	TR	243.813	1.463	1.829	2.194
Debênture LAMSA (CEF)	TR	121.026	726	908	1.089
Debênture HSBC	DI	180.940	17.696	22.120	26.544
Banco do Brasil	DI	18.000	1.760	2.201	2.641
CITIBANK	DI	110.929	10.849	13.561	16.273
Aplicação financeira vinculada (*)	DI	(24.881)	(2.433)	(3.042)	(3.650)
Total passivos financeiros		997.756	57.524	63.120	68.714

(*) Apresentada no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar os seus passivos financeiros.

A DIRETORIA **CONTADOR**
Leandro Ferreira Gonçalves - CRC-RJ 105435/O-5

h) **Gestão do capital**
O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	594.055	635.537
Debêntures	403.107	446.282
Caixa e equivalentes de caixa	(58.215)	(51.620)
Aplicações financeiras	(47.943)	(50.669)
Dívida líquida	891.004	979.530
Patrimônio líquido	1.343.853	1.349.923
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.234.857	2.329.453

i) **Risco de liquidez**
A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

24. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA
A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	12.324	11.780
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	-	180
Juros sobre capital próprio provisionado	-	-

25. EVENTOS SUBSEQUENTES
Em 12 de março de 2018 a Companhia integralizou sua 8ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 550.000, com prazo de cinco anos e carência de principal de dois anos. Esta operação tem como objetivo fazer frente às necessidades de caixa de curto prazo e readequar a estrutura de capital da Companhia. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram destinados para o pagamento integral das 6ª (sexta) e da 7ª (sétima) emissão de debêntures da Emissora, cujos valores de principal totalizam R\$ 180.000 e R\$100.000, respectivamente, bem como do Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e Citibank N.A., em 12 de março de 2014, conforme aditado, cujo valor de principal é de US\$ 33.821.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos:
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro - Metrôrio em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas." Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Investigação do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas e partes relacionadas
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Greenfield, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Ênfase", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receitas da controlada Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio
Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A principal fonte de receita da Companhia advém da cobrança de passagens dos usuários das Linhas 1 e 2 do metrô do Rio de Janeiro. A cobrança de passagens é capturada por meio de sistemas complexos informatizados no momento em que os usuários adquirem os bilhetes e utilizam as linhas de metrô. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela gestão operacional e pela arrecadação de passagens da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, a qual não faz parte da concessão da controlada Companhia. Os recursos arrecadados pela Companhia são repassados por critérios definidos entre as partes para a empresa que detém a concessão da Linha 4.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, um principal assunto de auditoria, devido ao processo que de reconhecimento da receita apresentar uma complexidade sistêmica relevante no momento da aferição de receita e métricas contratuais, as quais são específicas para arrecadação e repasse da Linha 4.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Com o auxílio de nossos especialistas internos em tecnologia da informação, realizamos procedimentos específicos automatizados dentre as diferentes plataformas de arrecadação financeira e de utilização de passagens. Revisamos, também, os contratos de gestão operacional e financeira da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro e avaliamos os parâmetros contratuais para repasse de recursos para a empresa que detém a concessão da Linha 4. Em complemento a esses procedimentos realizamos procedimentos substantivos de: (i) confirmação de saldos, através do envio de circularização, para todos os valores recebidos por meio da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro ("Fetranspor") e da "RioCard TI", o qual representa 59% sobre os totais de receitas aferidas pela controlada Companhia; (ii) pelo fato do giro médio ser muito baixo, realizamos procedimentos de substantivos de confronto entre os valores totais do exercício recebidos e o total de receitas de passagens reconhecidas contabilmente.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que os critérios para reconhecimento de receitas de passagens utilizado pela Companhia são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionados à concessão
Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia possui reconhecido no grupo de Ativo Intangível direito de concessão e renovação dos direitos de concessões, de acordo com a Interpretação ICPC 01 – Contratos de Concessão. Esses valores estão diretamente ligados aos investimentos realizados pela Companhia na concessão das operações do metrô do Rio de Janeiro (Linhas 1 e 2).

Esse direito de concessão, bem como sua renovação são amortizados contabilmente pelo método linear, levando em consideração o prazo remanescente de concessão. Ao final de cada exercício social, a Companhia submete o saldo contábil a testes de recuperabilidade ("impairment") pelo método de fluxo de caixa descontado.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, já que na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, já que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis
Com o auxílio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis. Também revisamos as principais premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais conservador e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais conservador.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, é aceitável, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018.
Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ- 081.409/O-3
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ